

c) Ter realizado o curso de examinador de trânsito e possuir a respectiva Credencial expedida pela Diretoria de Educação para o Trânsito do DETRAN-SP São Paulo, ou por esta validado;

d) Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH há no mínimo 2 (dois) anos, o que permitirá o exame de condutores exclusivamente até a categoria a que estiver registrado no mesmo período;

e) Não ter exercido nenhuma atividade junto a qualquer CFC – Centro de Formação de Condutores, nos últimos 06 (seis) meses, contados da data de publicação do presente edital;

f) Não ser servidor público em exercício no Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo-DETRAN-SP, incluindo aqueles afastados ou em exercício em outros órgãos da Administração Pública, direta ou indireta;

g) Não estar inscrito no CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo;

h) Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou de cassação do direito de dirigir;

i) Não ter cometido nenhuma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses contados da data de publicação do Edital;

j) Ser habilitado nas categorias "A" e em alguma outra de 4 (quatro) ou mais rodas, conforme art. 143 do CTB - Código de Trânsito Brasileiro;

k) Sendo advogado, não patrocinar causa contra a Fazenda do Estado de São Paulo ou contra a sua Administração indireta, por si ou através de escritório do qual participe, em observância ao art. 30 da Lei n.º 8.906/1994.

3. Inscrição e documentos para Credenciamento

3.1. As inscrições deverão ser feitas por meio de requerimento a ser preenchido via internet através do Portal do DETRAN-SP: www.detransp.gov.br, que emitirá um protocolo de inscrição, no período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro de 2023.

3.2. O Protocolo de Inscrição deverá ser impresso e instruído com:

a) Fotocópia do comprovante de residência de acordo com Portaria DETRAN nº 54/2016;

b) Credencial de examinador de trânsito expedida pelo DETRAN-SP disponível no Portal do DETRAN-SP: <http://www.detransp.gov.br/wps/portal/portal/detransp/cidadao/educacao/home#>>;

c) Fotocópia autenticada do comprovante de conclusão do ensino superior, respeitando a Resolução CONTRAN 789/2020;

d) Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil, de titularidade do credenciado, como pessoa física;

e) Declaração de que não exerceu atividade junto a qualquer CFC – Centro de Formação de Condutores, nos últimos 06 (seis) meses, contados da data de publicação do presente edital, conforme modelo Anexo I;

f) Declaração de que não é servidor público em exercício no DETRAN-SP, conforme modelo Anexo II;

g) Certidões comprovando a não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN do Estado de São Paulo, obtidas junto a Procuradoria Geral do Estado;

h) Certidões comprovando a não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN do Estado de São Paulo, obtidas junto a Secretaria da Fazenda;

i) Declaração de que conhece e se compromete com as regras constantes do Manual para os Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP, das Resoluções CONTRAN e das Portarias DETRAN-SP, conforme modelo do Anexo II;

j) No caso de estrangeiro, foto cópia autenticada do visto de permanência no país, devidamente emitido pela Polícia Federal;

k) Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;

l) Certidão negativa da vara de execução criminal do município onde reside;

m) Certidão negativa da vara de execução criminal do município onde deverá ser protocolada a inscrição, conforme subitem 3.3;

n) Exame médico, conforme modelo Anexo IV.

3.2.1 As autenticações referidas no item 3.2 devem ser obtidas nos tabeliões de nota, na forma do inciso V, do art. 7º, da Lei n.º 8935/1994;

3.3. O Protocolo de inscrição e os respectivos documentos deverão ser entregues, PESSOALMENTE, das 09 às 12h ou das 14 às 17h, na sede da Superintendência Regional de Trânsito de Aracatuba, localizada na Rua Plínio Salgado, 314, Jardim Nova York, Aracatuba/SP. 16.018-270.

4. Análise dos documentos e classificação dos Credenciados

4.1. O protocolo de inscrição gerado após preenchimento da inscrição no site do DETRAN-SP e a documentação pertinente somente serão recebidos dentro do prazo de 30 dias corridos, contados da data de publicação do presente Edital.

4.1.1. A análise será realizada por comissão nomeada pelo Superintendente Regional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de encerramento do prazo para recebimento de documentos, para apresentar o resultado. Esse prazo pode ser prorrogável por um período de 30 (trinta) dias.

4.2. Não serão credenciados os participantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos obrigatórios citados no item 3.2 ou apresentá-los em desacordo com o exigido.

4.2.1. Caso haja necessidade de esclarecer ou complementar a instrução, a Comissão poderá realizar diligência consistente na consulta a sítio eletrônico, sendo vedada a inclusão posterior de documento.

4.3. A classificação dos inscritos no certame será feita segundo os seguintes critérios:

1º) Categoria habilitada, na seguinte ordem: AE, AD, AC, AB;

2º) Data da 1ª habilitação mais antiga;

3º) Data de nascimento mais antiga;

4.3.1. Havendo empate nos critérios acima relacionados será realizado sorteio no endereço utilizado para inscrição, com data e horário a serem comunicados aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal do DETRAN-SP.

4.4. O resultado da análise será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e no Portal do DETRAN-SP, permitindo-se recurso dos interessados em 03 (três) dias úteis, contados da publicação, a ser protocolado no mesmo local da inscrição.

4.4.1. Os recursos serão apreciados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e a decisão final será publicada no DOE e no portal do DETRAN-SP, assim como a correspondente lista de classificação.

5. Das convocações para assinatura do Termo de Compromisso para a realização dos exames.

5.1. Todos os classificados serão convocados para assinar o Termo de Compromisso.

5.1.1. Somente após a assinatura do termo de compromisso, os classificados serão considerados aptos para a realização de exames práticos.

5.2. A convocação para a realização dos exames observará:

5.2.1. O limite de pagamento é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês por credenciado pela realização dos exames;

5.2.2. A convocação de examinadores por categoria de habilitação;

5.3. A convocação para a realização dos exames ocorrerá via e-mail (correio eletrônico) e via sistema informatizado com o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis de antecedência;

5.3.1. O credenciado que deixar de atender as convocações por três vezes no período de 03 (três) meses e não apresentar justificativa aceita, nos termos do Manual dos Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP, será descredenciado;

5.3.2. O credenciado que não puder comparecer à banca para a qual foi convocado, deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, apresentar justificativa

para instaurar processo administrativo sancionatório com o objetivo de impor as penalidades cabíveis.

10.4.1 Após o julgamento, a autoridade de trânsito notificará o representado da decisão.

10.4.2 Da decisão da autoridade de trânsito caberá recurso aos Superintendentes Regionais, no prazo de 30 (trinta) dias.

10.5 O processo administrativo sancionatório será instaurado por intermédio de portaria, a qual deverá descrever detalhadamente os fatos a serem investigados, indicar os dispositivos violados, os servidores do DETRAN-SP encarregados da apuração e determinar a notificação do credenciado visando a legalidade da instrução processual.

11. Disposições gerais

11.1. O credenciado portador de necessidades especiais (PNE), conforme categorias/restrições, apontadas pelo CONTRAN, poderá examinar apenas a categoria "A";

11.2. Os profissionais credenciados deverão manter atualizados seus dados cadastrais;

11.3. Para verificação de sua situação cadastral junto ao CADIN Estadual e a eventual ocorrência de aplicação de sanções administrativas, poderá o candidato consultar o site <http://www.fazenda.sp.gov.br/> e <http://www.dividaatua.pge.sp.gov.br/>;

11.4. O credenciamento e os serviços dele decorrentes não gerarão em hipótese alguma vínculo trabalhista com o DETRAN-SP;

11.5. O DETRAN-SP poderá adiar ou revogar o presente procedimento de credenciamento, a qualquer momento, sem que caiba aos participantes qualquer direito a indenização.

11.6. Integram o presente edital:

Anexo I - Modelo de declaração de que não exerce atividade em qualquer CFC - Centro de Formação de Condutores, contados dos últimos 06 (seis) meses, da data do presente edital;

Anexo II - Modelo de declaração de que não é servidor público lotado no DETRAN-SP;

Anexo III - Modelo de Declaração que conhece e se compromete a regras constantes do Manual para os Examinadores de Trânsito do DETRAN, das Resoluções CONTRAN e das Portarias DETRAN-SP;

Anexo IV - Atestado médico;

Anexo V - Modelo de relatório de exames realizados;

Anexo VI - Modelo de recibo de pagamento autônomo.

Anexo VII – Termo de Compromisso

Anexo VIII – Manual de Examinadores

Processo nº DTRAN-PRC-2023/31461

Interessado: Superintendência Regional de Aracatuba

Assunto: Edital de credenciamento de examinadores - 20/23

No uso da competência a mim atribuída pela Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, pelo Decreto nº 59.055, de 09 de abril de 2013, em cumprimento ao artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, RATIFICO a inexistência de licitação, declarada pelo Diretor de Fiscalização e Educação para o Trânsito, com fundamento no caput, do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, objetivando credenciar examinadores de trânsito para a Superintendência Regional de Aracatuba, a fim de aplicar os exames práticos de direção veicular referente ao Edital nº 20/2023, nos municípios de Analândia, Araras, Brotas, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Descalvado, Ipeuna, Iracemápolis, Itirapina, Leme, Limeira, Pirassununga, Porto Ferreira, Rio Claro, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro, Torrinhã e seções de trânsito vinculadas.

Publique-se, com remessa à área de credenciamento integrado

Edital de Credenciamento de Examinadores nº 20/2023

Edital de Credenciamento de examinadores de trânsito, conforme arts. 148 e 152 do CTB, Resolução CONTRAN nº 789/2020, para prestação de serviços junto ao DETRAN-SP.

O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, por meio do seu Diretor- Vice Presidente, respondendo pelo expediente da Presidência, torna pública a abertura do procedimento para credenciamento de examinadores de trânsito que preencham os requisitos constantes deste edital.

Para o conhecimento da íntegra do edital, e preenchimento do formulário de inscrição, os profissionais interessados deverão acessar o Portal do DETRAN-SP (www.detransp.gov.br), no período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro de 2023.

Objeto

1.1. Constitui objeto do presente edital o credenciamento de examinadores de trânsito para Superintendência Regional de Aracatuba relativo aos municípios de ANALÂNDIA, ARARAS, BROTAS, CONCHAL, CORDEIRÓPOLIS, CORUMBATAÍ, DESCALVADO, IPEUNA, IRACEMÁPOLIS, ITIRAPINA, LEME, LIMEIRA, PIRASSUNUNGA, PORTO FERREIRA, RIO CLARO, SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, SANTA GERTRUDES, SANTA RITA DO PASSA QUATRO, TORRINHã e seções de trânsito vinculadas.

1.2. Poderão se inscrever os cidadãos que atendam as exigências deste edital, inclusive os servidores públicos estaduais, municipais e federais da administração pública direta e indireta, ativos ou inativos, exceto os servidores públicos em exercício no Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP, incluindo aqueles afastados ou em exercício em outros órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, bem como aos servidores que impedidos por lei à atividade.

1.2.1. O examinador credenciado que seja servidor público ativo somente pode comprometer-se com atividades e responsabilidades em horários diversos de sua jornada de trabalho na forma deste edital.

1.2.2. É de responsabilidade exclusiva do examinador credenciado que as atividades sejam realizadas em horário diverso daquele da sua jornada de trabalho, devendo apontar o seu local exato de trabalho na declaração para fins de credenciamento, que faz parte integrante desta peça edilícia. Caso o examinador credenciado não observe este ditame, ficará sujeito às penalidades previstas neste edital.

1.3. O credenciamento não confere investidura em cargo ou emprego público, mas apenas habilita provisoriamente o examinador para a atividade a ser desempenhada, de modo que não incide a regra contida no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, nem se trata de hipótese de afastamento legal, na forma dos arts. 65 a 75 da Lei n. 10.261/1968.

1.4. Os credenciados serão convocados para prestar serviços em ANALÂNDIA, ARARAS, BROTAS, CONCHAL, CORDEIRÓPOLIS, CORUMBATAÍ, DESCALVADO, IPEUNA, IRACEMÁPOLIS, ITIRAPINA, LEME, LIMEIRA, PIRASSUNUNGA, PORTO FERREIRA, RIO CLARO, SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO, SANTA GERTRUDES, SANTA RITA DO PASSA QUATRO, TORRINHã e seções de trânsito vinculadas, de acordo com as necessidades do DETRAN-SP, obedecendo às regras do presente instrumento, do Manual dos Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP e Legislação e Resoluções pertinentes, incluindo eventuais alterações posteriores;

1.4.1. A convocação ocorrerá conforme a necessidade do DETRAN-SP e será efetuada de forma progressiva, respeitado o limite estabelecido e a ordem de classificação.

2. Condições de Credenciamento

2.1. São requisitos para se requerer o credenciamento, bem como para sua manutenção:

a) Ser brasileiro, nos termos do art. 12 da Constituição Federal, e maior de 21 (vinte e um) anos de idade, ou estrangeiro com visto permanente no país;

b) Ter curso superior completo autorizado pelo MEC ou por ele reconhecido;

c) Ter realizado o curso de examinador de trânsito e possuir a respectiva Credencial expedida pela Diretoria de Educação para o Trânsito do DETRAN-SP São Paulo, ou por esta validado;

d) Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH há no mínimo 2 (dois) anos, o que permitirá o exame de condutores exclusivamente até a categoria a que estiver registrado no mesmo período;

2.2. Não poderá se ausentar dos exames práticos em período superior a 30 (trinta) dias, a cada 12 (doze) meses, sob pena de descredenciamento;

2.3. Não exercer nenhum tipo de atividade em Centro de Formação de Condutores - CFC durante todo o período de validade do credenciamento;

2.4. Manter durante o prazo do credenciamento todas as condições exigidas neste edital, informando eventual incompatibilidade;

2.5. Não receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente;

2.6. Observar o critério da impessoalidade e legalidade durante as atividades;

2.7. Respeitar toda a legislação e orientação do DETRAN-SP que regulamentam sua atividade de examinador;

2.8. Participar das capacitações oferecidas pelo DETRAN-SP, que serão realizadas gratuitamente na cidade de São Paulo ou em formato de ensino à distância;

2.9. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos para cumprimento das atividades atinentes a este credenciamento e decorrentes ao exercício do mister, como de transporte e alimentação;

2.10. Manter bom comportamento e zelar pela postura e vestimenta adequada na realização de suas atividades, como:

2.10.1 Comportamento: os examinadores deverão tratar os candidatos com total e completa imparcialidade; não devendo sair na companhia de qualquer examinado ou membro de CFC após o término dos exames;

2.10.2 Impedimento ou Suspeição: o examinador não poderá avaliar cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou desafetos declarados;

2.10.3 Vestuário: É proibido o examinador se apresentar ao local dos exames com chapéu, bonê e afins, shorts, camiseta regata, roupa transparente, saia acima do joelho, roupas que façam propaganda política, religiosa, esportiva, sandália rasteira ou qualquer calçado não condizente com as normas estabelecidas no CTB;

2.10.4 Documentos obrigatórios: portar credenciamento do DETRAN-SP e CNH dentro do prazo de validade;

2.10.5 Vocabulário: o examinador não poderá usar vocabulário ríspido, gírias ou termos ofensivos, nem permitir que o examinado assim se expresse;

2.10.6 Objetos permitidos: o examinador deverá portar caneta, prancheta, papéis exclusivos para o respectivo exame;

2.10.7 Objetos proibidos: o examinador está terminantemente proibido de portar quaisquer documentos ou papéis que não sejam relevantes ao exame, armas de fogo ou branca, substâncias consideradas ilícitas pela legislação vigente em território nacional, medicamentos que alterem as condições físicas ou cognitivo-comportamental, mesmo que tenha autorização médica para o uso.

7. Obrigações do DETRAN-SP

7.1. Dar suporte e fiscalizar o exercício da função de examinador de trânsito, por intermédio da Unidade de Trânsito, Superintendência e Diretoria de Habilitação;

7.2. Promover capacitações visando o pleno desenvolvimento das atividades do credenciado;

7.3. Atestar a quantidade de exames efetuados por cada examinador de trânsito, por intermédio das Unidades do DETRAN-SP a cuja banca examinadora estiver vinculada;

7.4. Caberá, ainda, às unidades do DETRAN-SP encaminhar servidor para presidir as bancas, fiscalizar e acompanhar os exames práticos de trânsito;

7.5. Realizar os pagamentos referentes aos exames atestados, nos prazos e condições estabelecidas nas convocações, respeitando o limite mensal informado no item 5.2.1 do presente edital;

7.6. Informar local e horário dos exames práticos, podendo haver alteração, no interesse da administração pública;

7.7. Manter os credenciados informados sobre possíveis atualizações de procedimentos.

8. Valor e forma de pagamento

8.1. Cada examinador receberá por exame realizado, conforme abaixo discriminado, a importância de:

a) R\$ 4,00 (quatro reais) por exame realizado para a categoria A;

b) R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) para a categoria B;

c) R\$ 30,00 (trinta reais) para a categoria C;

d) R\$ 30,00 (trinta reais) para a categoria D;

e) R\$ 60,00 (sessenta reais) para a categoria E.

8.2. O pagamento observará o seguinte fluxo:

8.2.1. O credenciado deverá entregar relatório referente ao mês corrente, no último dia útil, contendo quantidade de exames efetuados, separados por categorias de habilitação examinadas, na unidade para a qual está designado;

8.2.2. Deve acompanhar o relatório previsto no subitem 8.2.1 o Relatório de Pagamento Autônomo – RPA, devidamente individualizado por município, caso o examinador esteja credenciado para exercer atividades em mais de um município.

8.2.3. A Unidade referenciada no item 8.2.1. deverá atestar os serviços realizados em 07 (sete) dias e encaminhar para o setor financeiro para pagamento;

8.2.4. O pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias da aprovação do relatório, pelo setor financeiro.

9. Prazos

9.1. O credenciamento será realizado trienalmente, por força do disposto na Resolução CONTRAN n.º 321/2009, sendo que os examinadores credenciados deverão apresentar a manifestação de vontade para continuar no processo e o DETRAN-SP, por intermédio das Superintendências Regionais de Trânsito, fará a divulgação do certame para eventuais interessados, desde que atendam às regras estabelecidas neste edital.

10. Sanções

10.1. Desrespeitar quaisquer requisitos de credenciamento exigidos neste edital, ou legislação em vigor que regule as atividades de examinador de trânsito implicará, em função da gravidade, nas seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até R\$ 4.000,00 (valor máximo mensal a ser pago);

c) Suspensão;

d) Cassação do credenciamento;

e) Suspensão temporária de participação em licitação ou contratação com a Administração Pública por até 02 (dois) anos, nos termos do inciso II, do art. 87, da Lei n.º 8.666/1993;

f) Declaração de inidoneidade para participar de licitação ou para contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/1993.

10.1.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

10.3. Na hipótese de uma infração praticada pelo credenciado caracterizar ilícito civil ou penal, ficará sujeito à respectiva responsabilização.

10.4. Os Diretores de Unidades e seus respectivos substitutos, na qualidade de autoridade de trânsito, são competentes

e) Não ter exercido nenhuma atividade junto a qualquer CFC – Centro de Formação de Condutores, nos últimos 06 (seis) meses, contados da data de publicação do presente edital;

f) Não ser servidor público em exercício no Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo-DETRAN-SP, incluindo aqueles afastados ou em exercício em outros órgãos da Administração Pública, direta ou indireta;

g) Não estar inscrito no CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo;

h) Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou de cassação do direito de dirigir;

i) Não ter cometido nenhuma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses contados da data de publicação do Edital;

j) Ser habilitado nas categorias "A" e em alguma outra de 4 (quatro) ou mais rodas, conforme art. 143 do CTB - Código de Trânsito Brasileiro;

k) Sendo advogado, não patrocinar causa contra a Fazenda do Estado de São Paulo ou contra a sua Administração indireta, por si ou através de escritório do qual participe, em observância ao art. 30 da Lei n.º 8.906/1994.

3. Inscrição e documentos para Credenciamento

3.1. As inscrições deverão ser feitas por meio de requerimento a ser preenchido via internet através do Portal do DETRAN-SP: www.detransp.gov.br, que emitirá um protocolo de inscrição, no período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro de 2023.

3.2. O Protocolo de Inscrição deverá ser impresso e instruído com:

a) Fotocópia do comprovante de residência de acordo com Portaria DETRAN nº 54/2016;

b) Credencial de examinador de trânsito expedida pelo DETRAN-SP disponível no Portal do DETRAN-SP: <http://www.detransp.gov.br/wps/portal/portal/detransp/cidadao/educacao/home#>>;

c) Fotocópia autenticada do comprovante de conclusão do ensino superior, respeitando a Resolução CONTRAN 789/2020;

d) Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil, de titularidade do credenciado, como pessoa física;

e) Declaração de que não exerceu atividade junto a qualquer CFC – Centro de Formação de Condutores, nos últimos 06 (seis) meses, contados da data de publicação do presente edital, conforme modelo Anexo I;

f) Declaração de que não é servidor público em exercício no DETRAN-SP, conforme modelo Anexo II;

g) Certidões comprovando a não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN do Estado de São Paulo, obtidas junto a Procuradoria Geral do Estado;

h) Certidões comprovando a não inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN do Estado de São Paulo, obtidas junto a Secretaria da Fazenda;

i) Declaração de que conhece e se compromete com as regras constantes do Manual para os Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP, das Resoluções CONTRAN e das Portarias DETRAN-SP, conforme modelo do Anexo II;

j) No caso de estrangeiro, foto cópia autenticada do visto de permanência no país, devidamente emitido pela Polícia Federal;

k) Atestado de Antecedentes Criminais, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;

l) Certidão negativa da vara de execução criminal do município onde reside;

m) Certidão negativa da vara de execução criminal do município onde deverá ser protocolada a inscrição, conforme subitem 3.3;

n) Exame médico, conforme modelo Anexo IV.

3.2.1 As autenticações referidas no item 3.2 devem ser obtidas nos tabeliões de nota, na forma do inciso V, do art. 7º, da Lei n.º 8935/1994;

3.3. O Protocolo de inscrição e os respectivos documentos deverão ser entregues, PESSOALMENTE, das 09 às 12h ou das 14 às 17h, na sede da Superintendência Regional de Trânsito de Aracatuba, localizada Avenida. Queiroz Filho, 837, Aracatuba –SP, CEP: 14.802-610.

4. Análise dos documentos e classificação dos Credenciados

4.1. O protocolo de inscrição gerado após preenchimento da inscrição no site do DETRAN-SP e a documentação pertinente somente serão recebidos dentro do prazo de 30 dias corridos, contados da data de publicação do presente Edital.

4.1.1. A análise será realizada por comissão nomeada pelo Superintendente Regional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de encerramento do prazo para recebimento de documentos, para apresentar o resultado. Esse prazo pode ser prorrogável por um período de 30 (trinta) dias.

4.2. Não serão credenciados os participantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos obrigatórios citados no item 3.2 ou apresentá-los em desacordo com o exigido.

4.2.1. Caso haja necessidade de esclarecer ou complementar a instrução, a Comissão poderá realizar diligência consistente na consulta a sítio eletrônico, sendo vedada a inclusão posterior de documento.

4.3. A classificação dos inscritos no certame será feita segundo os seguintes critérios:

1º) Categoria habilitada, na seguinte ordem: AE, AD, AC, AB;

2º) Data da 1ª habilitação mais antiga;

3º) Data de nascimento mais antiga;

4.3.1. Havendo empate nos critérios acima relacionados será realizado sorteio no endereço utilizado para inscrição, com data e horário a serem comunicados aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal do DETRAN-SP.

4.4. O resultado da análise será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e no Portal do DETRAN-SP, permitindo-se recurso dos interessados em 03 (três) dias úteis, contados da publicação, a ser protocolado no mesmo local da inscrição.

4.4.1. Os recursos serão apreciados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e a decisão final será publicada no DOE e no portal do DETRAN-SP, assim como a correspondente lista de classificação.

5. Das convocações para assinatura do Termo de Compromisso para a realização dos exames.

5.1. Todos os classificados serão convocados para assinar o Termo de Compromisso.

5.1.1. Somente após a assinatura do termo de compromisso, os classificados serão considerados aptos para a realização de exames práticos.

5.2. A convocação para a realização dos exames observará:

5.2.1. O limite de pagamento é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês por credenciado pela realização dos exames;

5.2.2. A convocação de examinadores por categoria de habilitação;

5.3. A convocação para a realização dos exames ocorrerá via e-mail (correio eletrônico) e via sistema informatizado com o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis de antecedência;

5.3.1. O credenciado que deixar de atender as convocações por três vezes no período de 03 (três) meses e não apresentar justificativa aceita, nos termos do Manual dos Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP, será descredenciado;

5.3.2. O credenciado que não puder comparecer à banca para a qual foi convocado, deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, apresentar justificativa, nos termos do Manual dos Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP;

5.3.2.1. Caso julgue necessário, o DETRAN-SP poderá solicitar comprovação das razões do não atendimento às convocações.

6. Obrigações do Credenciado

6.1. O credenciado que não puder participar de banca de exame por até 30 (trinta) dias, em um período de 12 (doze)

meses, deverá informar previamente, com antecedência de até 07 (sete) dias, ao DETRAN-SP, qual o período em que se ausentará;

6.2. Não poderá se ausentar dos exames práticos em período superior a 30 (trinta) dias, a cada 12 (doze) meses, sob pena de descumprimento;

6.3. Não exercer nenhum tipo de atividade em Centro de Formação de Condutores - CFC durante todo o período de validade do credenciamento;

6.4. Manter durante o prazo do credenciamento todas as condições exigidas neste edital, informando eventual incompatibilidade;

6.5. Não receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente;

6.6. Observar o critério da impessoalidade e legalidade durante as atividades;

6.7. Respeitar toda a legislação e orientação do DETRAN-SP que regulamentam sua atividade de examinador;

6.8. Participar das capacitações oferecidas pelo DETRAN-SP, que serão realizadas gratuitamente na cidade de São Paulo ou em formato de ensino à distância;

6.9. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos para cumprimento das atividades atinentes a este credenciamento e decorrentes ao exercício do mister, como de transporte e alimentação;

6.10. Manter bom comportamento e zelar pela postura e vestimenta adequada na realização de suas atividades, como:

6.10.1 Comportamento: os examinadores deverão tratar os candidatos com total e completa imparcialidade; não devendo sair na companhia de qualquer examinado ou membro de CFC após o término dos exames;

6.10.2 Impedimento ou Suspeição: o examinador não poderá avaliar cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou defasatos declarados;

6.10.3 Vestuário: É proibido o examinador se apresentar ao local dos exames com chapéu, boné e afins, shorts, camiseta regata, roupa transparente, saia acima do joelho, roupas que façam propaganda política, religiosa, esportiva, sandália rasteira ou qualquer calçado não condizente com as normas estabelecidas no CTB;

6.10.4 Documentos obrigatórios: portar credenciamento do DETRAN-SP e CNH dentro do prazo de validade;

6.10.5 Vocabulário: o examinador não poderá usar vocabulário ríspido, gírias ou termos ofensivos, nem permitir que o examinado assim se expresse;

6.10.6 Objetos permitidos: o examinador deverá portar caneta, prancheta, papéis exclusivos para o respectivo exame;

6.10.7 Objetos proibidos: o examinador está terminantemente proibido de portar quaisquer documentos ou papéis que não sejam relevantes ao exame, armas de fogo ou branca, substâncias consideradas ilícitas pela legislação vigente em território nacional, medicamentos que alterem as condições físicas ou cognitivo-comportamental, mesmo que tenha autorização médica para o uso.

7. Obrigações do DETRAN-SP

7.1. Dar suporte e fiscalizar o exercício da função de examinador de trânsito, por intermédio da Unidade de Trânsito, Superintendência e Diretoria de Habilitação;

7.2. Promover capacitações visando o pleno desenvolvimento das atividades do credenciado;

7.3. Atestar a quantidade de exames efetuados por cada examinador de trânsito, por intermédio das Unidades do DETRAN-SP a cuja banca examinadora estiver vinculada;

7.4. Caberá, ainda, às unidades do DETRAN-SP encaminhar servidor para presidir as bancas, fiscalizar e acompanhar os exames práticos de trânsito;

7.5. Realizar os pagamentos referentes aos exames atestados, nos prazos e condições estabelecidas nas convocações, respeitando o limite mensal informado no item 5.2.1 do presente edital;

7.6. Informar local e horário dos exames práticos, podendo haver alteração, no interesse da administração pública;

7.7. Manter os credenciados informados sobre possíveis atualizações de procedimentos.

8. Valor e forma de pagamento

8.1. Cada examinador receberá por exame realizado, conforme abaixo discriminado, a importância de:

a) R\$ 4,00 (quatro reais) por exame realizado para a categoria A;

b) R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) para a categoria B;

c) R\$ 30,00 (trinta reais) para a categoria C;

d) R\$ 30,00 (trinta reais) para a categoria D;

e) R\$ 60,00 (sessenta reais) para a categoria E.

8.2. O pagamento observará o seguinte fluxo:

8.2.1. O credenciado deverá entregar relatório referente ao mês corrente, no último dia útil, contendo quantidade de exames

efetuados, separados por categorias de habilitação examinadas, na unidade para a qual está designado;

8.2.2. Deve acompanhar o relatório previsto no subitem 8.2.1 o Relatório de Pagamento Autônomo – RPA, devidamente individualizado por município, caso o examinador esteja credenciado para exercer atividades em mais de um município.

8.2.3. A Unidade referenciada no item 8.2.1. deverá atestar os serviços realizados em 07 (sete) dias e encaminhar para o setor financeiro para pagamento;

8.2.4. O pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias da aprovação do relatório, pelo setor financeiro.

9. Prazos

9.1. O credenciamento será realizado trienalmente, por força do disposto na Resolução CONTRAN n.º 321/2009, sendo que os examinadores credenciados deverão apresentar a manifestação de vontade para continuar no processo e o DETRAN-SP, por intermédio das Superintendências Regionais de Trânsito, fará a divulgação do certame para eventuais interessados, desde que atendam às regras estabelecidas neste edital.

10. Sanções

10.1. Desrespeitar quaisquer requisitos de credenciamento exigidos neste edital, ou legislação em vigor que regule as atividades de examinador de trânsito implicará, em função da gravidade, nas seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até R\$ 4.000,00 (valor máximo mensal a ser pago);

c) Suspensão;

d) Cassação do credenciamento;

e) Suspensão temporária de participação em licitação ou contratação com a Administração Pública por até 02 (dois) anos, nos termos do inciso II, do art. 87, da Lei n.º 8.666/1993;

f) Declaração de inidoneidade para participar de licitação ou para contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/1993.

10.1.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

10.3. Na hipótese de uma infração praticada pelo credenciado caracterizar ilícito civil ou penal, ficará sujeito à respectiva responsabilização.

10.4. Os Diretores de Unidades e seus respectivos substitutos, na qualidade de autoridade de trânsito, são competentes para instaurar processo administrativo sancionatório com o objetivo de impor as penalidades cabíveis.

10.4.1 Após o julgamento, a autoridade de trânsito notificará o representado da decisão.

10.4.2 Da decisão da autoridade de trânsito caberá recurso aos Superintendentes Regionais, no prazo de 30 (trinta) dias.

10.5. O processo administrativo sancionatório será instaurado por intermédio de portaria, a qual deverá descrever detalhadamente os fatos a serem investigados, indicar os dispositivos violados, os servidores do DETRAN-SP encarregados da apuração e determinar a notificação do credenciado visando a legalidade da instrução processual.

11. Disposições gerais

11.1. O credenciado portador de necessidades especiais (PNE), conforme categorias/restrições, apontadas pelo CONTRAN, poderá examinar apenas a categoria "A";

11.2. Os profissionais credenciados deverão manter atualizados seus dados cadastrais;

11.3. Para verificação de sua situação cadastral junto ao CADIN Estadual e a eventual ocorrência de aplicação de sanções administrativas, poderá o candidato consultar o site <http://www.fazenda.sp.gov.br> e <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/>;

11.4. O credenciamento e os serviços dele decorrentes não gerarão em hipótese alguma vínculo trabalhista com o DETRAN-SP;

11.5. O DETRAN-SP poderá adiar ou revogar o presente procedimento de credenciamento, a qualquer momento, sem que caiba aos participantes qualquer direito a indenização.

11.6. Integrar o presente edital:

Anexo I - Modelo de declaração de que não exerce atividade em qualquer CFC - Centro de Formação de Condutores, contados dos últimos 06 (seis) meses, da data do presente edital;

Anexo II - Modelo de declaração de que não é servidor público lotado no DETRAN-SP;

Anexo III - Modelo de Declaração de que conhece e se compromete a regras constantes do Manual para os Examinadores de Trânsito do DETRAN, das Resoluções CONTRAN e das Portarias DETRAN-SP;

Anexo IV - Atestado médico;

Anexo V - Modelo de relatório de exames realizados;

Anexo VI - Modelo de recibo de pagamento autônomo.

Anexo VII – Termo de Compromisso

Anexo VIII – Manual de Examinadores

1. Praça Portugal, entre a Rua Rubens Pagani e rotatória (Jardim Estoril);

2. Praça dos Expedicionários (Jardim Bela Vista);

3. Praça Euclides Paixão (Vila Falcão);

4. Praça das Orquídeas (Parque Vista Alegre);

5. Praça Vanildo Fias da Silva (Vila Nova Esperança);

6. Avenida Jurandir Bueno, quadra 1 (Parque União);

7. Praça Capitão Oscar Silva (Vila Independência);

8. Praça da Arvore – Rua Deli Hermes de Oliveira Coragem, quadra 1 (Núcleo Beija-Flor);

9. Praça Luiz Carlos de Almeida – Rua Guilherme Turini, quadra 1 (Núcleo Otávio Rasi);

10. Rua Justino Rodrigues Leonardo, quadra 1 (Núcleo Presidente Geisel);

11. Praça Gastão Vidigal – Rua Nicolau Constantino, quadra 2 (Vila Popular Ipiranga);

12. Praça Getúlio de Oliveira Barreto – Rua Joaquim Felipe de Melo, quadra 4 (Jardim Godoy);

13. Rua dos Estudantes, entre as Ruas Paulo de Castro Marques e Severino Dantas de Souza (Jardim Araruna);

14. Rua Maestro Oscar Mendes, quadra 1 (Jardim Pagani);

15. Rua Triagem, quadra 4 (Vila Santa Luzia);

16. Rua João Borges, quadra 1 (Jardim Progresso);

17. Praça Antônio Pedrosa – Rua João Sotero de Castro, quadra 2 (Vila Alto Paraíso);

18. Rua Florentino Alexandrino, quadra 5 (Jardim Vitória);

19. Avenida Central, entre a Rua dos Ferrovários e Rua dos Pedreiros (Núcleo Edson Gasparini);

20. Confluência da Rua Martin Afonso com Rua Men de Sá (Vila Souto);

21. Praça Luiz Zuanini (Alto Higienópolis);

22. Confluência da Rua Alagoas com Rua Espírito Santo (Vila Coralina);

23. Praça Vitória Chedini, Rua Clóvis Barreto Melchert, quadra 4 (Jardim Europa);

24. Rua Imã Lucila Surugi, quadra 1 (Núcleo Mary Dota);

25. Confluência da Rua Arnaldo Miraglia com Rua João Guedes (Núcleo Edson Francisco da Silva);

26. Praça Evandro Modesto da Silva (Núcleo IX de Julho);

27. Praça Diogo Hojas Barreto (Parque Alto Sumaré);

28. Praça Palestina (Núcleo Jardim América);

29. Rua Nicolau Delgado, esquina com Avenida José Henri-que Ferraz (Jardim Ferraz);

30. Praça Dib Zugaib (Vila Dutra);

31. Praça Romana M. Matheus (Jardim Redentor);

32. Confluência da Rua Felicíssimo Antônio Pereira com Rua José Pereira (Vila Independência);

33. Largo da Igreja – Distrito de Tibiricá.

II – Nos termos do § 1.º do artigo 39 da Lei 9504/97 e do § 1.º da Lei n.º 4737/95, o promotor do comício deverá fazer a devida comunicação à Delegacia Seccional de Polícia de Bauru, situada à Praça D. Pedro II n.º 3-20, Centro, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para garantir, segundo a prioridade de aviso, o direito contra qualquer outro que, no mesmo dia, hora e local, pretenda realizar outra reunião.

III – Na hipótese do promotor da reunião pretender realizá-la em local não previsto na presente portaria, a comunicação, neste caso, deverá ser feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas (art. 245 da Lei 4737/65, § 2.º). Nesses casos, antes de deferir a pretensão, a Autoridade Policial da Delegacia Seccional de Polícia de Bauru auscultará previamente a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural - EMDURB sobre a viabilidade do pedido de designação de outro local.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria n.º 01 de 01/01/2023.

O Doutor JADER BIAZON, Delegado de Polícia Titular da Delegacia de Polícia do Município de Agudos/SP, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação constitucional e infraconstitucional,

Considerando o que dispõe o art. 5º, XVI da Constituição Federal;

Considerando ainda o preconizado no art. 245 da lei 4.437, de 15 de outubro de 1.965, que instituiu o Código Eleitoral;

Considerando também a lei n. 1207/50, que trata do direito de reunião;

Resolve:

Art. 1º - Ficam fixados no município de Agudos/SP, inclusive distrito de Domélia, para a realização de reuniões e comícios, durante o ano de 2.023, os seguintes locais:

Praça TIRADENTES - Av. Sebastiana Leite (Centro);

Praça SANTO ANTÔNIO – R. Sete de Setembro, s/n. (Santo Antônio);

Praça JOÃO FOGANHOLI (antiga Praça do Sol) – R. Sete de Setembro, s/n. (Bairro Simões);

Praça SISTEMA DE LAZER – Av. Vereador Octávio Lodeiro, s/n. (Jd. Europa);

Praça JAIR CARROTE PEREIRA – R. Monsenhor José Maria da Silva Paes X Av. Celso Morato Leite (Jd. Cruzeiro);

Praça MÁRIO FERREIRA DE ANDRADE – R. Paulo Nelli X Av. Dilson Silva de Oliveira (Jd. Pavimentação); e,

Praça CENTRAL DISTRITO DE DOMÉLIA – Av. Marechal Deodoro, s/n. (Centro);

Art. 2º - Para realizações dos atos desta portaria, nos termos do parágrafo 1º, do art. 39 da Lei 9.504/97, o promotor do comício ou reunião deverá fazer a devida comunicação à Delegacia de Polícia de Agudos, pelo menos 24 horas antes de sua realização, para garantir, segundo a prioridade do aviso, o direito contra qualquer que, no mesmo dia e lugar, pretenda realizar outra reunião.

Art. 3º - A comunicação deverá conter sempre o local, o dia e horário da reunião.

Art. 4º - A escolha de local diverso do art.1º da presente portaria deverá ser feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para que o órgão policial proceda a vistoria e verifique a segurança local e de que deliberará sobre o deferimento ou indeferimento do pedido, de acordo com § 2º do art. 245 da Lei 4737/65.

Art. 5º - Toda e qualquer comunicação deverá ser protocolizada no órgão policial durante o expediente, para que possa o funcionário responsável lançar o horário da comunicação e os dados cabíveis no livro de registro de reservas de locais e expedir as comunicações determinadas pela Resolução SSP-57, de 14.08.90, bem como dar ciência à Prefeitura Municipal local, para as providências cabíveis.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvada o direito das partes recorrerem à justiça e, sendo o caso, à justiça eleitoral.

PORTARIA 01/2023

O Senhor Doutor Roberto Cabral Medeiros, Delegado de Polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de Arealva/SP, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando o que dispõe o artigo 5º, inciso XVI da Constituição Federal;

Considerando o disposto na lei 1207 de 25/10/1950, que trata do direito de reunião;

Considerando o disposto no artigo 245 da lei 4737/65 que instituiu o Código Eleitoral;

RESOLVE:

1 - Estabelecer os seguintes locais para a realização de comícios e reuniões públicas neste município:

a) Praça Didimo Maulaz Silva (Matriz), Centro;

b) Praça São Pedro, Vila São Pedro;

c) Praça São Francisco, distrito de Jacuba;

d) Praça Nossa Senhora Aparecida, Marilândia;

e) Praça Santa Isabel, Santa Isabel;

f) Praça São João Batista, Ribeirão Bonito;

2 – Determinar que o interessado requeira em vinte e quatro horas antes da realização do comício ou reunião, à Autoridade Policial, competente autorização para garantir, segundo a prioridade de avisos, o direito contra qualquer que no mesmo dia, hora e lugar, pretenda realizar outra reunião.

PORTARIA n.º 001/2023

O Dr. CESAR RICARDO DO NASCIMENTO, Delegado de Polícia respondendo pelo Município de Avaí/SP, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil, no que concerne ao direito de reuniões etc

RESOLVE:

Ficam fixados para a realização de comícios no município de Avaí/SP, os seguintes locais:

I – Na cidade de Avaí:

- Coreto localizado no interior da Praça "Major Gasparino de Quadros"

- Praça "Sete de Setembro" (igrejinha).

II – No distrito de Nogueira:

- Praça contigua à Igreja do Divino Salvador.

Tal resolução não obsta, evidentemente, o direito estampado no artigo 5º, XVI, da Constituição Federal, que prescreve em verbis "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso a Autoridade competente".

De acordo com o transcrito acima, deverá o promotor do comício ou reunião, comunicar a Autoridade Policial signatária da realização do mesmo, no interstício mínimo de 24h (vinte e quatro horas), a fim de que seja assegurado o direito contra terceiros que venham a pretender, no mesmo dia, hora e local, realizar evento semelhante.

PORTARIA N.º 01/2023

O DR. ALEXANDRE PROTOSALTIS, DELEGADO DE POLÍCIA RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE BALBINOS, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 5º, INCISO XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM CONCORDÂNCIA COM O DETERMINADO NO ARTIGO 3º, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 1207 DE 23/10/50, BEM COMO NO ARTIGO 245 DO CÓDIGO ELEITORAL...

D E T E R M I N A

Artigo 1º - Fica fixado neste município de Balbinos, para a realização de comícios, no corrente ano, os locais abaixo:

PRACA LOURDES MARIN, localizada no bairro Jardim Bela Vista;

AVENIDA PREFEITO ARCÍRIO RIGOTTO.

Artigo 2º - Consoante com o disposto supracitado, o Promotor do comício deverá fazer a comunicação com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de que lhe seja garantida a prioridade de aviso e direito contra qualquer outro que, no mesmo dia, hora e local, pretenda também realizar comício;

Artigo 3º - O não cumprimento do artigo anterior acarretará a dissolução dos comícios que forem realizados.

Portaria n. 001/2023, de 02.01.2023.

O Delegado de Polícia de Borebi, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação constitucional e infraconstitucional;

Considerando o que dispõe o art. 5º, inciso XVI da Constituição Federal;

Considerando, ainda, o preconizado no artigo 245, da Lei n. 4.437, de 15 de outubro de 1965, que instituiu o Código Eleitoral;

Considerando, também, a Lei n. 1.207/50, que disciplina o direito de reunião;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam fixados no município de Borebi/SP, para a realização de reuniões e comícios, durante o ano de 2019:

I – Praça Rubens Pietrarróia (centro); e,

II – Praça Central do Núcleo Habitacional "Auta Aguirre".

Art. 2º - Para realizações dos atos desta portaria, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 3º, da Lei n. 4.437/65, o promotor do comício ou reunião deverá fazer a devida comunicação à Delegacia de Polícia de Borebi, pelo menos 24 horas antes de sua realização, para garantir, segundo a prioridade do aviso, o direito contra qualquer que, no mesmo dia e lugar, pretenda realizar outra reunião;

Art. 3º - A comunicação deverá conter sempre o local, o dia e o horário da reunião ou comício;

Art. 4º - A escolha de local diverso do estipulado pelo artigo 1º e incisos da presente portaria, deverá ser feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para que o órgão policial proceda a vistoria e verifique a segurança local, e que deliberará sobre o deferimento ou indeferimento do pedido;

Art. 5º - Toda e qualquer comunicação deverá ser protocolada no órgão policial durante o expediente, para que possa o funcionário responsável lançar o horário da comunicação e dos dados cabíveis no livro de registro de reservas de locais e expedir as comunicações determinadas pela Resolução SSP-57, de 14.08.90, bem como dar ciência à Prefeitura Municipal local, para as providências cabíveis.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvada o direito das partes recorrerem à Justiça Eleitoral.

PORTARIA N. 01/2023

A Excelentíssima Dra. Márcia Regina dos Santos, Delegada de Polícia responsável pelo expediente da Delegacia de Polícia do município de Cabralia Paulista-SP, no uso de suas atribuições legais, etc.

Considerando o disposto na Constituição Federal e Legislação pertinente que assegura o direito a reunião, considerando ainda o estabelecido no Artigo 245 da Lei 4.737/65, que instituiu o Código Eleitoral e a Lei 9.100/95,

RESOLVE:

Fixar neste município os locais abaixo relacionados para a realização de comícios eleitorais em vias públicas durante este exercício de 2023:

ÁREA CENTRAL – Avenida Mário Amaral Gurgel X Rua Seis de Agosto.

ÁREA CENTRAL – Rua Seis de Agosto X Rua 09 de Julho;

VILA MIRANTE - Rua Vereador José Zapater Rios X Rua Benedito de Almeida Teixeira.

Somente será realizado um comício por dia, obedecida sempre a ordem de preferência, devendo o interessado requerer junto a esta unidade a sua realização, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, para o fim de garantir preferência, de acordo com o protocolo.

Quanto as carreatas, o interessado deverá requerer no mesmo prazo, indicando o trajeto